



II Fórum da Internet no Brasil

Pré IGF Brasileiro 2012



Plenária Final

05/julho/2012

Relatório Completo

Olinda, 5 de julho de 2012



1. INTRODUÇÃO

A Plenária Final do II Fórum da Internet do Brasil e Pré IGF Brasileiro 2012 foi realizada na tarde do dia 5 de julho de 2012, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE).

Foi coordenada por conselheiros do CGI.br, designados para tanto, que convocaram a Comissão de Sistematização e os coordenadores de cada trilha a apresentar os respectivos relatórios consolidados dos debates do dia anterior.

O objetivo da Plenária Final foi possibilitar a consolidação e a visualização das reflexões e contribuições do conjunto de todas as cinco trilhas, facultando aos participantes pronunciamentos relacionados com os temas reportados.

A primeira parte da Plenária foi composta por apresentação de um relatório sintético dos debates ocorridos nas trilhas. Este relatório foi elaborado pela Comissão de Sistematização e Relatores, designada para fazer o registro dos acontecimentos das trilhas. Cada relatório foi apresentado em até 15 minutos por um membro da Comissão de Sistematização.

Na Plenária Final também ocorreram as apresentações da deputada federal Luciana Santos e do deputado federal Alessandro Molon sobre temas relacionados ao fórum.

Na segunda parte, a Coordenação da Plenária Final abriu inscrições para manifestações dos participantes que desejaram comentar a respeito do conteúdo dos relatórios das trilhas e expor posicionamentos conjuntos das organizações presentes.

Cabe destacar que a Plenária Final não votou nenhum texto.

Antes da abertura de inscrições para manifestações, foram realizadas as seguintes atividades:

- Leitura do relatório sintético das trilhas, elaborado pela Comissão de Sistematização e Relatores;
- Apresentação da deputada Luciana Santos e do deputado Alessandro Molon;



- Intervenção para a entrega da Carta de Olinda ao deputado Alessandro Molon, relator do Projeto de Lei do Marco Civil da Internet.

Os relatórios das cinco trilhas foram lidos por Carlinhos Cecconi, Coordenador de Sistematização do Fórum.

O Relatório Completo da Plenária Final, representada por este documento, apresenta todos os eventos ocorridos durante a Plenária Final, bem como os anexos referentes aos documentos criados durante o II Fórum da Internet, como a Carta de Olinda.

Assim, o relatório divide-se em três partes:

- 1 - Apresentação dos convidados do CGI.br: deputada federal Luciana Santos e deputado federal Alessandro Molon.
- 2 - Manifestações dos participantes.
- 3 - Anexos.



2. APRESENTAÇÕES

Deputada federal Luciana Santos

Após a apresentação da Trilha 1 – Garantia de Direitos na Rede e Marco Civil da Internet¹, e da Trilha 2 – Propriedade Intelectual na Rede, foi dada a palavra à deputada federal Luciana Santos.

A deputada iniciou sua fala desejando boas-vindas e saudando todos os presentes. Em seguida, apresentou sua relação com a temática do Fórum, relatando que ***faz parte da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática² no Congresso Nacional e da Subcomissão que trata do financiamento de mídias alternativas.***

Também é militante na defesa do Marco Civil da Internet e participa ativamente da luta contra a questão da Lei Azeredo³, inclusive, conseguindo retirar a pauta de outras Comissões.

Foi realizada uma Audiência Pública com a Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática com o objetivo de inverter a pauta do Congresso Nacional sobre a regulação da Internet para que antes da criminalização desta ocorresse o estabelecimento de direitos, regras de uso, convívio e compartilhamento das ferramentas da Internet. Isso foi uma

1 Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=517255>>.

2 Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci>>.

3 Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15028>>.



grande vitória no Congresso Nacional, na democracia e na comunicação pública no Brasil. A comunicação no Brasil não é vista como política de Estado e é preciso dar esta dimensão a ela, um debate da comunicação brasileira.

A deputada ficou contente em ver um fórum dessa magnitude e a Internet com certeza é um método de se viabilizar isso devido à sua rica diversidade.

Por fim, a deputada ressaltou que podem contar com ela nesse debate e em novos desafios. Já existe muita coisa sistematizada da Conferência de Comunicações, que foi um marco da luta democrática do país no Sistema de Comunicação brasileiro, e junto com essas resoluções da Conferência que a deputada tem trabalhado e dirigido à Subcomissão.

Em setembro de 2012, a Subcomissão pretende encerrar as discussões para protocolar um Projeto de Lei sobre as mídias alternativas. Só o debate sobre o termo já é grandioso. A ideia é que não seja realizada apenas a legislação, mas também que seja propositiva aos Ministérios para que criem programas de políticas públicas e incentivem o fortalecimento de conteúdo para produção e financiamento das mídias alternativas e estrutura para seu desenvolvimento.



Deputado Alessandro Molon

Antes da fala do deputado Alessandro Molon, relator do Projeto de Lei que regula o Marco Civil da Internet, foi entregue a Carta de Olinda. João Caribé detalhou que no dia 4 de julho foi lançado o parecer do deputado sobre o Marco Civil da Internet para consulta pública.

Durante o II Fórum da Internet, diversas pessoas e organizações participaram de uma reunião para revisar e analisar o parecer. Dessa reunião foi redigida a Carta de Olinda⁴ que foi lida aos presentes por Sérgio Amadeu, conselheiro do CGI.br e entregue ao deputado Alessandro Molon por Cristiana Gonzalez.

O deputado iniciou sua fala desejando boas-vindas e saudando todos os presentes. ***Também agradeceu a todos que ajudaram redigir a Carta de Olinda e se comprometeu a levá-la para o Congresso Nacional na semana seguinte, para ampla divulgação e para estimular que as pessoas assinem porque é um documento da sociedade civil pedindo para o Congresso a mais rápida aprovação do Marco Civil, manifestando apoio e também preocupação.***

Também foi ressaltado o orgulho do relatório apresentado para a Comissão Especial, não apenas pelo conteúdo do parecer, mas pelo processo que deu origem ao relatório do Marco Civil da Internet, que é fruto de uma ampla consulta pública realizada pelo Ministério da Justiça antes do projeto se tornar um Projeto de Lei. Desse processo, participaram milhares de pessoas, o Ministério da Justiça, o Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getulio Vargas, que contribuíram decisivamente para essa consulta e mandaram um projeto excelente.

Além das participações já ocorridas, antes de chegar ao Congresso com 1.300 contribuições de amplo debate e consultas públicas, foram realizadas sete audiências públicas em quatro regiões do país (cinco capitais de estado e a capital federal) com 62 palestrantes das mais diversas

⁴ Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=olinda>>.



entidades (representantes do Setor Empresarial, Setor Governamental, Setor Acadêmico, Terceiro Setor, ativistas, entre outros). Foi aberta uma consulta pública *on-line* no Portal e-Democracia⁵.

Em 4 de julho de 2012, o parecer do deputado Alessandro Molon sobre o Projeto de Lei do Marco Civil da Internet⁶ foi colocado novamente em consulta pública on-line no Portal e-Democracia. As contribuições podiam ser enviadas até o dia 6 de julho de 2012, às 18 horas.

Segundo o deputado Molon, o modelo de proposição do Marco Civil da Internet, com amplo debate e participação de todos os setores interessados no tema, fez com que os consultores legislativos do Congresso entendessem esse Projeto de Lei como o mais colaborativo do Parlamento brasileiro. É esperado que esse modo de construção de Projeto de Lei sirva de modelo para os próximos e atendam a todos os temas e não apenas aos relacionados à Internet.

O Marco Civil da Internet trata de regras gerais da Internet, sendo uma espécie de Constituição da Internet. Assim, essa lei não tem objetivo de cobrir todos os problemas que digam respeito à Rede Mundial de Computadores. O Marco Civil não envolve a questão penal e nem a de direitos autorais.

Para o deputado Molon, independentemente dos dissensos sobre como a Internet deve ser, há um consenso sobre a necessidade de parâmetros para garantir, por exemplo, orientações ao Poder Judiciário. Inclusive a necessidade de regulação apareceu como um consenso entre os participantes do II Fórum da Internet, conforme o relatório sintético apresentado durante a Plenária Final.

⁵ Disponível em: <<http://www.edemocracia.camara.gov.br/>>.

⁶ Disponível em: <<http://www.edemocracia.camara.gov.br/documents/679637/277cc749-e543-4636-9ddb-736144a9b654>>.



A justificativa da retirada da matéria penal e dos direitos autorais do Marco Civil da Internet é para que tais questões fossem aprofundadas através de debates que culminassem em leis próprias para esses temas. Portanto, o Marco Civil da Internet é muito raso para legislar sobre tais temas, mas de extrema importância para garantir uma Internet aberta, democrática, descentralizada, livre de barreiras e aberta à inovação.

Foi feito um breve resumo dos principais pontos do Projeto de Lei do Marco Civil da Internet. O projeto é dividido em cinco capítulos que tratam de:

- ***Capítulo I – Disposições Preliminares (estabelece fundamentos, princípios e objetivos da Internet)***
- ***Capítulo II – Dos Direitos e Garantias do Usuário***
- ***Capítulo III – Da Provisão de Conexão e de Aplicações da Internet***
- ***Capítulo IV – Da Atuação do Poder Público***

Os principais pontos do Marco Civil da Internet são: a) a liberdade de expressão; b) a neutralidade de rede; c) a privacidade do usuário; d) a guarda de registro – logs; e) a responsabilidade civil de terceiros; f) a atuação do Poder Público.

O relatório forçou intensamente os seguintes pontos dos seis acima citados: a liberdade de expressão, a neutralidade de rede e a proteção de privacidade. Esses temas, que também foram sensíveis durante o II Fórum da Internet, foram destacados durante a apresentação do deputado federal Alessandro Molon.



Abaixo, são resumidas as mudanças propostas para o Projeto de Lei do Marco Civil no parecer do relator:

a) Artigo 3º, inciso IV:

- a) Retirada da expressão “conforme regulamentação”: a manutenção dessa expressão do texto original gerava muita insegurança na preservação e garantia da neutralidade de rede, pois poderia gerar uma interpretação equivocada de que a definição de neutralidade de rede dependeria de regulamentação;
- b) A neutralidade de rede é um princípio em que os principais parâmetros estão estabelecidos no Projeto de Lei. Deve ser protegido para que nenhuma outra regulamentação o distorça.

b) Artigo 7º

- Foi explicitada a proteção da privacidade e intimidade de cada um;
- O artigo e o inciso I foram divididos;
- Retirou-se a menção ao art. 9º;
- Foi incluído um inciso para garantir maior proteção ao usuário, dando o direito ao não fornecimento a terceiros de seus registros de conexão e de acesso à aplicações de Internet, salvo mediante consentimento expresso e por iniciativa do usuário ou das hipóteses previstas em lei. Ou seja, os seus registros de conexão e acesso a aplicações só podem ser fornecidos quando você, por iniciativa



própria, autoriza algum provedor a fazê-lo, Isso evita situações em que você pode autorizar sem saber que está autorizando. É um termo de uso obrigatório. Estamos colocando essa redação explícita e expressa no inciso VI do art 7º.

c) Artigo 9º

- a) Manteve a redação original sobre o conceito de neutralidade de rede: “O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicativo”;
- b) Retirou a parte final do artigo: “(...) sendo vedada qualquer discriminação ou degradação do tráfego que não decorra de requisitos técnicos necessários à prestação adequada dos serviços, conforme regulamentação”;
- c) Foi condicionada qualquer tipo de discriminação ou degradação de tráfego em respeito às recomendações do CGI.br, devendo tais discriminações serem oriundas de requisitos técnicos indispensáveis para a fruição adequada dos serviços;
- d) Adição de um segundo parágrafo que garante o princípio da transparência, protegendo as pessoas;
- e) Adição de um parágrafo terceiro que trata da questão da privacidade de modo que a conexão de ninguém seja bisbilhotada e vendida como mercadoria sem que as pessoas tenham controle sobre isso.

➤ Artigo 13, parágrafos 2, 3 e 4

- a) Tratam da privacidade do usuário, de modo a garantir que os dados das pessoas não sejam usados sem que elas saibam para que, como e para quem. A guarda de quaisquer dados pessoais que excedam aqueles dos constantes registros de acesso a aplicações de



Internet será acompanhada de informações claras e completas sobre a finalidade dessa guarda, para que estão guardando os dados, a forma com que esses dados serão utilizados, as condições de sua eventual comunicação a terceiros e mais informações relevantes sobre o seu tratamento;

- b) O parágrafo terceiro passa a dispor que em qualquer hipótese a utilização de dados ou informações pessoais mencionadas no parágrafo anterior deverá atender às finalidades informadas e ser feita combinada com a boa fé e as legítimas expectativas dos usuários,
- c) No parágrafo quarto está colocado que o provedor de aplicações de Internet oferecerá ao usuário a opção de requerer a qualquer tempo a exclusão definitiva dos dados pessoais que estiverem permanecidos à determinada aplicação, ressalvados nos parágrafos quinto e sexto deste artigo, ou seja, é dada a possibilidade de exclusão de seus dados ao usuário que deixou eventualmente de usar alguma rede social, algum provedor de aplicações, para que possa virar a página da sua vida se assim quiser. Portanto, mais proteção à privacidade, mais proteção ao usuário;

➤ **Artigo 15º**

Sobre o tema responsabilidade de terceiros, que é polêmico, foi explicitada a possibilidade de oferecer garantias ao usuário quanto à remoção arbitrária de conteúdo;

- A) Se o provedor dispõe de conteúdo de terceiros, aquele só será responsabilizado por não removê-lo caso haja decisão judicial obrigando a retirada desse conteúdo;
- B) Foi adicionado também que devem ser públicos os acordos de retirada de conteúdo, garantindo maior transparência.



➤ **Artigo 16º**

São dadas mais garantias ao usuário quanto à responsabilidade de terceiros.

O deputado Alessandro Molon incentivou a participação de todos na consulta pública *on-line* do parecer e declarou que todas as contribuições feitas até 18 horas do dia 6 de julho de 2012 no Portal e-Democracia seriam levadas em conta para o relatório final. Ao fim de sua apresentação, reforçou a importância de todos participarem e convencerem os demais sobre a relevância do Marco Civil da Internet e a apoiarem a Carta de Olinda para dar força ao Projeto de Lei.



3. MANIFESTAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Após a apresentação dos relatórios sintéticos e dos convidados do II Fórum da Internet, a Plenária Final abriu inscrições para manifestações dos participantes que desejassem expor posicionamentos conjuntos das organizações presentes. Cada participante podia se apresentar durante no máximo três minutos.

A manifestação dos participantes pode ser dividida em seis partes:

1) Documentos oriundos do Fórum:

- Propostas e cartas criadas pelos participantes do II Fórum da Internet no Brasil.

2) Correções ao Relatório Sintético das Trilhas apresentado na Plenária Final:

- Manifestações sobre informações que deveriam ser corrigidas ou adicionadas ao relatório sintético e, posteriormente, no relatório completo.

3) Local do III Fórum da Internet (2013)

- Manifestações que sugeriam ou apoiavam determinadas localidades para sediar o III Fórum da Internet que ocorrerá em 2013.

4) Propostas ao CGI.br

- Manifestações que sugeriam algum tipo de proposta ao Comitê Gestor da Internet no Brasil.



5) Temas que poderiam ter sido mais discutidos durante o Fórum

- Manifestações dos participantes sobre temáticas que poderiam ter sido aprofundadas no II Fórum da Internet no Brasil e Pré IGF Brasileiro 2012.

6) Outras Manifestações

- Representam as demais manifestações dos participantes do II Fórum da Internet no Brasil e Pré IGF Brasileiro 2012.

DOCUMENTOS ORIUNDOS DO II FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL E PRÉ IGF BRASILEIRO 2012

Das discussões e encontros entre os participantes do II Fórum da Internet no Brasil e Pré IGF Brasileiro 2012 foram criados três documentos entregues ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br):

a) Carta de Olinda em Defesa do Marco Civil da Internet⁷: documento entregue ao deputado federal Alessandro Molon pedindo a imediata aprovação do Marco Civil da Internet e criticando alguns pontos do parecer do deputado sobre o Projeto de Lei.

b) Carta da Cultura para o II Fórum da Internet⁸: documento que apresenta propostas para a Cultura em relação à Internet, ressaltando a importância do acesso à Internet e o estímulo ao uso dessa como plataforma fundamental para a potencialização das culturas que se desenvolvem no Brasil.

⁷ Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=olinda>>.

⁸ Disponível em: <<https://www.dl.dropbox.com/u/16960648/CartaCulturaInternet.pdf>>.



c) Carta Quadro Crítico nas Políticas de Comunicação e Cultura Digital é Resultado das Opções do Governo Federal ⁹: carta aberta em que são questionadas as políticas do governo Dilma Rousseff para comunicação e cultura digital. Assinada por diversas entidades.

As cartas estão disponíveis nos anexos deste Relatório Completo.

CORREÇÕES AO RELATÓRIO SINTÉTICO DAS TRILHAS APRESENTADO NA PLENÁRIA FINAL

Trilha 1 – Garantia de Direitos na Rede e Marco Civil da Internet

- Pedido para deixar claro no relatório final que, entre os perigos de se flexibilizar a neutralidade de rede, há a noção de que a qualidade de determinados pacotes, por exemplo, de fotos e imagens, naturalmente possuem uma condução diferenciada de outros que não são síncronos. E essa característica desses pacotes – para sejam entregues com qualidade e tenham funcionamento adequado da rede – não pode abrir espaço para outros requisitos, para outras diferenciações ou para diferenciações efetivas que tenham qualquer outro tipo de embasamento que não seja simplesmente a prestação adequada e natural da Internet (***manifestação de Veridiana Alimonti, IDEC e Conselheira do CGI.br***);

⁹ Disponível em: <<http://www.campanhabandalarga.org.br/index.php/2012/07/05/campanha-e-outras-entidades-da-sociedade-civil-apresentam-carta-no-ii-forum-da-internet/>>.



- **Adicionar no relatório da trilha a ideia para que o Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos, que já existe no Brasil, possa atender as pessoas que são ameaçadas porque expõem suas opiniões na Internet** como um blogueiro que foi assassinado em fevereiro de 2012 e há fortes indícios que sua morte está relacionada com a atuação das milícias no Rio de Janeiro (**manifestação de Laura Tresca, Artigo 19**);
- **Adicionar no relatório final a questão dos processos judiciais** que foi bastante discutida durante a trilha (**manifestação de Laura Tresca, Artigo 19**);
- O relatório final deve ter cuidado com algumas posições sobre o Setor Empresarial. Foi dito que o setor é contra a neutralidade de rede. Ficou parecendo que os empresários seguiram esse caminho, mas têm casos que os empresários não possuem consenso. Essa é uma posição da SindiTelebrasil e não de todo o Setor Empresarial. Vários empresários que fazem parte do CGI.br não discordam da neutralidade de rede. O perigo é que a imprensa coloque que todo o Setor Empresarial é contra a neutralidade de rede, sendo que isso não é verdade (**manifestação de Sérgio Amadeu, conselheiro do CGI.br**);

Trilha 2 – Propriedade Intelectual na Rede

- O relatório final deve tomar cuidado com o exemplo dado sobre o mercado de games, pois também foram citados outros exemplos como música e outras formas de distribuição de mídias digitais. Eles foram citados porque são um mercado que se favoreceu da distribuição digital como forma de mudança na cadeia de produção dessas mídias. E esse modelo dos exemplos de distribuição digital pode servir de exemplo para novos modelos de negócios e apontar novas áreas de distribuição digital (**manifestação de Matheus Luck Lucas, CIN – UFPE**).



Trilha 3 – Banda Larga no Brasil e Inclusão Digital: o que fazer?

- Pedido de reparo no relatório sintético e final quanto ao órgão que cancelou uma oficina. Na verdade, quem cancelou a oficina foi o Ministério das Comunicações e não o Ministério da Cultura, como foi informado (**manifestação de Beatriz Tibiriçá, Coletivo Digital**).

Trilha 4 – Como Estimular Conteúdos e Plataformas Nacionais na Rede Mundial

- **Adição ao relatório da proposta de uma política pública para a criação de fóruns tecnológicos regionais**, pois foi um tema amplamente discutido ao longo da Trilha (**manifestação de Marcos Urupá, Intervozes**);
- Foi apontado que a criação de um órgão para julgar com maior celeridade a questão da Internet não foi um consenso tal qual disposto no relatório sintético, porque não foi explicado como seria sua abrangência e legalidade. A existência desse órgão não significa que haveria uma celeridade no processo de julgamento. Portanto, **foi pedida a retirada desse consenso do relatório completo da Trilha 4, pois não houve maiores discussões sobre o funcionamento desse órgão** (**manifestação de Marcos Urupá, Intervozes**);
- **Adição ao relatório da questão sobre a infraestrutura pública tanto para o desenvolvimento de plataformas de software quanto plataformas de infraestrutura de desenvolvimento de redes de modo geral**, onde os desenvolvedores pudessem hospedar seus trabalhos e testes (**manifestação de Marcos Urupá, Intervozes**).



Trilha 5 – Governança Global da Internet

- a) Adicionar no relatório final a discussão sobre os eventos que ocorrerão no fim do ano sobre a mudança da regulação da comunicação mundial da ONU. Inclusive, uma das discussões é retirar os organismos multisetoriais que cuidam da Internet e deixar a Internet na área de telecomunicações. Essa mudança traria um grande impacto no modelo de Internet que temos hoje (**manifestação de Caribé, Movimento MEGA NÃO**);

LOCAL DO III FÓRUM DA INTERNET (2013)

Durante a Plenária Final, vários participantes propuseram que a Região Norte sedie o III Fórum da Internet do Brasil em 2013.

Os seguintes participantes se manifestaram na Plenária Final sobre a escolha da região Norte para o próximo Fórum:

- Lucas Milhomens (Universidade Federal do Amazonas – UFAM);
- Marcos Urupá (Intervozes);
- Percival Henriques de Souza Neto (Conselheiro do CGI.br);
- JimmyNight (Movimento dos Blogs do Pará);



- Sergio Amadeu (Conselheiro do CGI.br);
- Elenaralex (Ciberativista do Decentro – RS);
- Beatriz Tibiriçá (Coletivo Digital).

PROPOSTAS

As propostas feitas pelos participantes durante a Plenária Final foram as seguintes:

- a) Abertura de uma consulta pública pelo CGI.br sobre termos de interesse para o registro de novos GTDLs em língua portuguesa **(proposta feita por Leandro Chemale, Partido Pirata;**
- b) Os empresários devem divulgar cada vez mais as decisões judiciais de remoção de conteúdo como uma política de transparência. E o CGI.br deve publicar diariamente, também com uma política de transparência, os registros de pedidos de cancelamento e outros decorrentes de decisões judiciais **(proposta feita por Laura Tresca, Artigo 19);**
- c) CGI.br poderia levar como recomendação para as agências de telecomunicações a liberação de recursos de numeração para pequenos provedores **(proposta feita por Maia, ABRINT);**



d) Montar um grupo com diversas organizações da sociedade civil para lutar pela Internet. Construção coletiva de uma carta de exigências para a presidenta Dilma Rousseff assinar (**proposta feita por Caribé, Movimento MEGA NÃO, Mário Brandão, ABCID e Marcelo Saldanha, Instituto do Bem-Estar Brasil**).

TEMAS QUE PODERIAM TER SIDO MAIS DISCUTIDOS DURANTE O FÓRUM

Os seguintes temas foram apresentados durante a Plenária Final como aprofundados e/ou discutidos durante o III Fórum da Internet no Brasil:

- a) Programa Nacional de Banda Larga – PNBL (**manifestação de Lucas Milhomens, Universidade Federal do Amazonas**);
- b) O papel dos pequenos provedores nas políticas públicas de Internet e inclusão digital (**manifestação de Eduardo Neger, Abranet, e Maia, Arint**).



OUTRAS MANIFESTAÇÕES

- A importância dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs) para a inclusão digital, sendo esses fundamentais para o avanço das políticas públicas na perspectiva da sustentabilidade dos avanços tecnológicos e ambientais. Além disso, cada máquina recondicionada é um alicerce para políticas públicas de inclusão digital (**Manifestação de Felipe Santos, Rede Marista**).
- Manifestações de agradecimento e elogios ao II Fórum da Internet no Brasil e Pré IGF Brasileiro 2012 (**manifestação de Lucas Milhomens, Universidade Federal do Amazonas**).
- Foi ressaltada a importância desse momento crucial da Internet com a presença do deputado Alessandro Molon no II Fórum da Internet e que o Marco Civil da Internet é um marco em dois sentidos: primeiro por ser o texto legal que estabelece os princípios, os fundamentos, os objetivos da disciplina do uso da Internet no Brasil, dos direitos antes dos deveres, das penalidades e restrições; segundo porque é um marco de participação popular que cabe na definição dos rumos da Internet e que deveria ser inspiração para qualquer política, deveria ser uma característica de outras políticas também com ampla participação popular, democrática e com muitos amplos espaços de discussão (**manifestação de Veridiana Alimonti, IDEC e conselheira do CGI.br**).
- Importância dos pequenos provedores no Brasil e o empreendedorismo na Internet. Foi destacado que não existem apenas grandes empresas e operadores no país, mas que existem mais de 1.300 empresas locais que trabalham com a Internet. Além disso, o empreendedorismo da Internet no Brasil está crescendo e a ABRANET está disposta para auxiliar todos aqueles que querem compreender como funciona o negócio da Internet do Brasil e apoiar projetos de empreendedorismo (**manifestação de Eduardo Neger, Abranet**).
- Manifestação sobre a importância dos provedores pequenos e regionais que levam a inclusão digital, muitas vezes com recursos próprios. As políticas nacionais nem sempre têm olhado para esses provedores. Um dos problemas citados como exemplo foi a radiofrequência, pois os



pequenos provedores têm dificuldade de ter acesso a esta licenciada. Existe uma dificuldade no leilão da radiofrequência. Além disso, as fibras ópticas que os pequenos provedores já podem colocar também possuem duas problemáticas: no preço do aluguel de poste e no preço de passagem. E ainda há os recursos de numeração, que se fossem dados aos pequenos provedores, estes poderiam oferecer serviços de telefonia usando a tecnologia VoIP, equivalente a uma telefonia fixa, melhorando a competição e o serviço **(manifestação de Maia, Abrint)**.

- Esta em andamento uma discussão sobre a governança da Internet dentro de um órgão da ONU que pretende modificar a regulação da comunicação mundial, retirando os órgãos multissetoriais e passando a questão da Internet para a área de telecomunicações. Estas discussões estão ocorrendo sem que sejam abertas para a sociedade civil. Brasil e outros países já solicitaram que tais informações fossem disponíveis a todos. Foi destacado que todos devem ficar atentos a essas reuniões porque se houver a mudança da governança global da Internet, grande parte das discussões do II Fórum e sobre a Internet serão perdidas **(manifestação de Caribé, Movimento MEGA NÃO)**.
- Foi ressaltado que os movimentos que entendem a Internet como mercadoria estão organizados, unidos e possuem verba para atender aos seus propósitos. Enquanto a sociedade civil não está unida. Portanto, quem está brigando contra essas forças que não querem uma Internet livre, não está articulado como deveria. Assim, são ressaltadas mais as diferenças entre os grupos do que sua união para garantir que todo mundo acesse a Internet. Só dá para brigar contra essas forças se todos estiverem juntos. Com isso em mente, Caribé, do Movimento MEGA NÃO, Marcelo Saldanha, do Instituto Bem-Estar, e o pessoal da ABCID se juntaram para criar um núcleo duro¹⁰ e realizar uma força de união, se estruturando para contrapor a organização de quem quer que a Internet não seja o que ela deveria ser. Todos são bem-vindos a participarem desse núcleo. Já é hora de deixar as diferenças de lado e lutar pela Internet. Tem que haver união ou o pessoal do contra vencerá **(manifestação de Mário Brandão, ABCID)**.

¹⁰ Mais informações sobre o grupo pode ser encontrado em: <<http://www.meganao.wordpress.com/>>.



- Após a Plenária Final, haverá uma lista fora do centro de convenções para quem quiser assinar e participar desse grupo para lutar pela Internet. O objetivo do grupo, em conjunto com diversas organizações apoiadoras da Internet, é construir uma carta de exigências para ser protocolada direto na Presidência. O segundo passo é convencer a Presidente a assinar essa carta feita pela sociedade. Por fim, a Internet é um direito nosso e não deve ser tratado como mercado (**manifestação de Marcelo Saldanha, Instituto do Bem-Estar Brasil**).
- Foi ressaltada a participação das mulheres no evento e a importância do II Fórum da Internet, especialmente com os eventos paralelos e outras atividades. Apontou a questão dos blogs e a atuação das redes sociais e ficou impressionado quando conheceu vários ativistas que não lançam mão desses instrumentos. Apoiou que a próxima sede do fórum seja na Região Norte e sugere o Pará como um dos possíveis locais para receber o evento (**manifestação de JimmyNight, Movimento dos Blogs do Pará**).
- Foi apresentado um reforço para levantar a bandeira da inclusão digital dos professores de Ensino Fundamental e Médio. Foi citado Niterói, Rio de Janeiro, como um dos locais que possui problemas na inclusão digital dos professores, ressaltando que eles ainda não sabem produzir conteúdos para a Internet. Portanto, deve haver um olhar atento para a inclusão digital. Outro ponto de destaque é que a inclusão digital bancada pelo governo só pode ser feita por software livre, pois este não pode ser garoto-propaganda de empresa (**manifestação de Sandra Alves, Fundação Municipal de Ensino de Niterói**).
- Foi apontada a importância da Universidade para a produção de conteúdo, criticando o modelo da agência de fomento acadêmico no Brasil (CAPES) em que o único indicador válido é o de produção de artigos. Se o professor produz um *site* ou qualquer material que esteja fora da publicação acadêmica, ele não recebe nenhum apoio. Pelo contrário, é punido e não recebe financiamento. A produção do conteúdo tem como pedra em seu caminho esse indicador de produção acadêmica (**Manifestação de André Pereira Neto, Fundação Oswaldo Cruz**).



- Foi apontada a importância dos recursos educacionais abertos e que deve haver um esforço para que se pressione o Congresso na votação do Marco Civil da Internet antes do recesso parlamentar (**manifestação de Sérgio Amadeu, conselheiro do CGI.br**).
- Reclamação sobre o edital da Associação Brasileira de Inclusão Digital para acesso à Internet em que até hoje não houve respostas e nem informações sobre os projetos aprovados. Aponto que todos reclamam da Internet no país, mas nem sempre dão exemplo (**manifestação de Elenaralex, ciberativista, Decentro – RS**).
- Em resposta à reclamação sobre o edital da Associação Brasileira de Inclusão Digital para acesso à Internet, foi ressaltado que o projeto encontra-se em andamento. Talvez aja um problema no *site* para encontrar as informações referentes ao edital. Assim, não há problemas em relação à transparência. Se houver dúvidas, basta procurar a associação (**manifestação de Percival Henriques de Souza Neto, Conselheiro do CGI.br**).
- Parabenizou a realização do Fórum e o CGI.br, que se mostra aberto ao diálogo. Não é perfeito, mas há representante das quatro esferas. Cabe destacar que muitas pessoas reclamaram que a trilha estava fria e queriam que terminasse logo. Isso é culpa de todos, pois é um espaço aberto que as pessoas têm que ocupar e se preparar mais para que isso não aconteça novamente (**Manifestação de Pedro Guimarães, Fora do Eixo – PB**).
- Destacou que a Internet é um direito nosso e que a concessão de telefonia fixa e móvel só pode acontecer, se a Internet beneficiar toda a sociedade. Também deve ser garantida a inclusão digital com mais facilidade, permitindo que todo ser humano tenha direito a levantar uma antena para Internet (**manifestação de Jeová Menezes de Barros, Perpart – PE**).
- Agradecimento ao CGI.br pela oportunidade de participar do II Fórum da Internet e por mobilizar os ativistas digitais de todo o país, ressaltando que as bolsas permitiram que o movimento de inclusão digital se mobilizasse ainda mais. Vários grupos de inclusão digital de



programas estão podendo conhecer os trabalhos dos demais e, em encontros paralelos permitidos pelo evento, se mobilizarem, especialmente para a manutenção dos programas Telecentros Br e Centro de Recondicionamento de Computadores. Esses dois programas da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações estão ameaçados e em risco. Foram organizados três grandes grupos para impedir que esses programas acabem: 1. Grupo que vai pressionar e propor que seja reativado o Comitê Técnico de Inclusão Digital que parou de funcionar no final do governo Lula; 2. Grupo que tentará a renegociação de toda a política de inclusão digital de uma forma que se resolva o problema e destrave as atuais políticas do Ministério das Comunicações; 3. Grupo que reassumirá a oficina de inclusão digital para que a sociedade civil organize, convoque e realize tal oficina, e promova a participação social que será realizada em Porto Alegre em parceria com o governo (***manifestação de Beatriz Tibiriçá, Coletivo Digital***).

- Sugestão de que as pessoas se apropriem cada vez mais do Fórum da Internet, realizando conferências, entre outros encontros. O Fórum da Internet precisa da nossa contribuição (***manifestação de Pedro Guimarães, Fora do Eixo – PB***).



4. ANEXOS

1) CARTA DE OLINDA EM DEFESA DO MARCO CIVIL DA INTERNET NO BRASIL

Para: deputado Alessandro Molon, Presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Senado, Presidência da República.

Nós, cidadãos e cidadãos, representantes de entidades da sociedade civil e ativistas da rede, presentes no II Fórum da Internet, em Olinda, consideramos imperativa a imediata aprovação do Marco Civil da Internet no Brasil em função da sua importância crucial para a garantia da liberdade e dos direitos de cidadania, individuais e coletivos na rede.

A Internet encontra-se sob ataque. Em vários países, grandes corporações e segmentos retrógrados da máquina estatal querem restringir as possibilidades democráticas que a Internet nos trouxe, bloquear o compartilhamento de bens culturais e impedir a livre criação de conteúdos, plataformas e tecnologias.

Neste sentido, defendemos que o Marco Civil assegure o princípio de neutralidade da rede. Não aceitamos que os controladores da infraestrutura física da Internet imponham qualquer tipo de filtragem ou interferência política, econômica, comercial, cultural, religiosa, comportamental, por origem ou destino dos pacotes de dados que transitam na Internet.

Estamos preocupados com as pressões dos grupos econômicos internacionais para que se efetive a remoção de conteúdos da rede sem ordem judicial efetiva. É inaceitável que os provedores sejam transformados em poder judiciário privado e sejam instados a realizar julgamentos sem



o devido processo legal, sem a garantia do direito constitucional de ampla defesa. Repudiamos a instalação de um Estado policalesco e da censura instantânea.

Reivindicamos que o governo envie para o parlamento a lei de reforma dos direitos autorais. Temos certeza que é necessária a atualização desta legislação para adequá-la à realidade das redes digitais e às práticas sociais cotidianas. Defendemos a modernização e os avanços tecnológicos contra o obscurantismo que tenta impor velhos modelos de negócios em detrimento às inovadoras práticas de desenvolvimento, produção, circulação e distribuição de informação.

Olinda, 4 de julho de 2012.

Os signatários



2) CARTA DA CULTURA PARA O II FÓRUM DA INTERNET

Nós, participantes do II Fórum da Internet no Brasil, em Olinda, viemos por meio desta carta representar os interesses da Cultura com relação ao uso da Internet. Entendemos a importância do acesso à Internet e o estímulo ao uso dessa como plataforma fundamental para a potencialização das culturas que se desenvolvem no nosso país. Para tal, apresentamos aqui nossas propostas:

1. Retomar as políticas públicas interrompidas pelo Ministério da Cultura (editais e ações) no campo da Cultura Digital, Pontos de Cultura, Pontões de Cultura Digital.
2. Garantir acesso à Internet - rápida, estável e gratuita - a grupos, coletivos, pontos de cultura, telecentros, entre outras ações e estruturas, já existentes ou não, por meio de editais de Pontos de Conexão, onde os premiados recebem uma conexão dedicada para desenvolver seus trabalhos, garantindo o acesso aberto e livre a essa conexão no Ponto de Conexão e em todo o seu entorno.
3. Fomentar, por meio de editais e linhas de financiamento específicas, o desenvolvimento de sistemas computacionais em código livre.
4. Criar um Programa de Servidores Livres, por meio de disponibilização de servidores públicos e financiamento para aquisição e manutenção de servidores, voltado a grupos que desenvolvem ações com cultura digital.
5. Ampliar as linhas de financiamento e incentivo à produção independente de conteúdos para Internet, tendo em vista a democratização do acesso e a valorização da diversidade cultural.



6. Ampliar os programas que contribuam para a promoção da diversidade através do uso das mídias eletrônicas e da Internet.
7. Fomentar os processos criativos dos segmentos de arte digital: audiovisual, jogos eletrônicos, textos e outros conteúdos para as novas mídias.
8. Estimular a produção de conteúdos e recursos educacionais abertos, de uso cultural livre, estimulando o uso de licenças flexíveis.
9. Criar mecanismos de governança eletrônica (dados abertos) e cogestão que assegurem a participação da sociedade nas políticas públicas para a cultura.
10. Estimular a participação dos órgãos de gestão da política pública de cultura no debate sobre a atualização das leis de comunicação social, abrangendo os meios eletrônicos e de Internet, bem como os serviços de infraestrutura de telecomunicações e redes digitais.
11. Implementar e qualificar portais, redes e plataformas na Internet, para a difusão nacional e internacional das artes e manifestações culturais brasileiras, inclusive com a disponibilização de dados para compartilhamento livre, através do uso de licenças flexíveis como o Creative Commons.
12. Criar bancos de metodologia de formação e autoformação: universidades, escolas livres, processos de formação P2P nas redes, reconhecendo a função formadora das redes na Internet.

Olinda, 5 de julho de 2012.



3) CARTA QUADRO CRÍTICO NAS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DIGITAL É RESULTADO DAS OPÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

Dezoito meses após a posse de Dilma Rousseff, o governo federal demonstra que já fez as opções estratégicas na construção das políticas de comunicação e cultura digital. Lamentavelmente, essas opções não estão pautadas pela perspectiva da garantia de direitos. Isso fica claro quando vemos que programas estratégicos, como os telecentros e os pontos de cultura, correm o risco de serem descontinuados. Também o Programa Nacional de Banda Larga tem sido construído a partir de uma aliança com as grandes empresas do setor, com graves prejuízos ao interesse público. Essas opções, aliás, têm sido a marca principal das políticas nessa área: privilegia-se a lógica de mercado e de ampliação do consumo, sem estabelecer uma perspectiva de garantia de direitos.

Da mesma forma, o Brasil segue com um extraordinário atraso em relação à legislação sobre o setor. A iniciativa de construção de um novo marco regulatório das comunicações tem sido seguidamente adiada. O Código Brasileiro de Telecomunicações completa 50 anos em agosto, e está longe de dialogar com a realidade das mudanças tecnológicas, da convergência de mídias e, sobretudo, da necessidade de garantia da liberdade de expressão do conjunto da população brasileira.

Mais preocupante é o cenário das telecomunicações e inclusão digital. No PNBL, não se trata o acesso à Internet em banda larga como direito do cidadão, e têm sido frequentes as declarações de membros do governo que reforçam uma lógica de tratamento diferenciado de cidadãos brasileiros em função da região em que habitam. Moradores da Região Norte e das áreas rurais são, muitas vezes, convidados a se conformar a uma situação de acesso mais caro e de pior qualidade, o que é inadmissível.

Esse quadro confirma que a massificação proposta pelo governo não dá resposta à necessidade de tratamento isonômico entre os consumidores de alta e baixa renda, e entre as cinco regiões do Brasil. Reivindicamos a universalização do serviço, que é a garantia legal de direitos iguais para todos.



Por sua vez, o debate sobre o regime de prestação de serviços da banda larga e sobre o fim das concessões de telefonia fixa tem sido feito sem referência a um projeto estratégico de telecomunicações, e há o risco de decisões do governo federal implicarem numa doação de mais de R\$ 60 bilhões em bens públicos para as atuais concessionárias de telefonia, colocando em risco a estrutura pública de telecomunicações.

Os problemas que persistem sobre as políticas públicas de banda larga também se dão sobre o programa de cidades digitais. As contribuições da sociedade civil feitas à consulta pública foram desconsideradas, e a gestão do programa poderá ser entregue às empresas de telecomunicações para exploração comercial. Também as *lanhouses*, alvo de promessas de campanha, seguem sem qualquer ação ou sequer diálogo com o governo federal.

Inclusão digital sob risco

A última década assistiu a uma organização da sociedade civil em prol da inclusão digital, iniciando um movimento que reuniu todos os setores sociais, todas as esferas de governo, iniciativa privada, fundações, universidades e terceiro setor.

Em eventos organizados conjuntamente pelo governo federal e pela sociedade civil, foi constante a reivindicação de uma centralização das iniciativas de inclusão digital em torno de uma secretaria dedicada ao tema. Ressaltava-se também a ausência de uma formação continuada para os agentes de inclusão digital que atuam nos espaços comunitários dos telecentros de todo o Brasil.

Com a compreensão da importância desse movimento e dessas políticas públicas, a Presidência da República possibilitou, em 2010, o nascimento do programa Telecentros.BR e, em 2011, a Secretaria de Inclusão Digital em que foi abrigado o programa.

Com menos de dois anos de funcionamento, estamos sendo surpreendidos com a morosidade da entrega dos equipamentos e conexão à banda larga e com as atuais medidas do programa Telecentros.BR, com a interrupção de entrada de novos monitores. É inadmissível que tomadas de decisão desta importância sejam feitas de forma unilateral, desrespeitando convênios assinados entre a Secretaria de Inclusão Digital e as instituições conveniadas, além do rompimento de um processo histórico de discussões e construções democráticas pelo direito ao acesso à informação.



Em meio a um cenário de fragmentação que dificulta o tratamento coerente e estratégico desses temas, a boa notícia vem pelo avanço do Marco Civil da Internet. O projeto de lei gestado pelo Ministério da Justiça, em parceria com a sociedade civil, reúne um conjunto de questões fundamentais para a garantia da liberdade na rede, e aborda o tema sob a lógica de garantia de direitos civis dos usuários. É fundamental que sua tramitação se dê de forma célere, garantido o respeito a processos democráticos.

Diálogo rompido pelo governo

O Brasil tem em seu quadro institucional exemplos positivos de como avançar. A experiência multisetorial do Comitê Gestor da Internet e a consolidação do Fórum da Internet, depois de sua segunda edição, são exemplos concretos disso.

Lamentavelmente, a opção do governo tem sido pela restrição dos diálogos com a sociedade civil e movimentos sociais, privilegiando a interlocução com o setor privado. Com 18 meses de governo, esta parece ser uma escolha consciente do governo Dilma Rousseff, materializada em ações dos Ministérios das Comunicações e da Cultura. A sociedade civil que atua nesses setores seguirá lutando para retomar os espaços de diálogo e transformar essa situação, na defesa da comunicação e da cultura como direitos humanos fundamentais.

Olinda, 5 de julho de 2012.

Abcid – Associação Brasileiro de Centros de Inclusão Digital

Arpub – Associação das Rádios Públicas do Brasil

Artigo 19

Associação Movimento Comunicação Rádio Comunitária CPA FM

Associação Software Livre

CDI – Campinas – Comitê para Democratização da Informática

Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé

Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getulio Vargas (CTS/FGV)

CFP – Conselho Federal de Psicologia

Clube de Engenharia

Coletivo Digital

Coletivo Puraqué – Santarém – PA

CUT – Central Única dos Trabalhadores



CUT-RJ

Fenadados

Fitert – Federação dos Radialistas

FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Frenavatec – Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público

Fora do Eixo

Geledés – Instituto da Mulher Negra

Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Infocentro Maracanã – Santarém – PA

Instituto Bem-Estar Brasil – RJ

Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos

Instituto Telecom

Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social

MEGA NÃO

Movimento Cineclubista – Altamira – PA

Partido Pirata do Brasil

Projeto Saúde e Alegria

Proteste – Associação de Consumidores

Sindados – BA

Sindipetro – RJ

Sinpd – AP

Três Brasis Comunicação – Recife – PE

ULEPICC-Br